



ARRUDA ALVIM

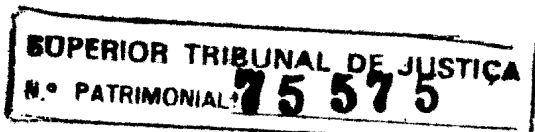
# MANUAL DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

v. 1

Parte Geral

6.<sup>a</sup> EDIÇÃO

REVISTA E ATUALIZADA



EDITORA   
REVISTA DOS TRIBUNAIS

# SUMÁRIO

Vol. 1

## Capítulo I – DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Denominação e âmbito .....	13
2. O processo contencioso e o de jurisdição voluntária .....	16
3. Definição de Direito Processual Civil .....	17
4. Princípios informativos e fundamentais do processo civil.....	18
5. Evolução histórica do Direito Processual Civil.....	38
6. Processo civil romano.....	39
7. Período das <i>legis actiones</i> .....	39
8. Período do processo formulário .....	40
9. Período da <i>extraordinaria cognitio</i> .....	41
10. Processo romano-barbárico .....	42
11. O processo comum na Itália .....	43
12. Período dos glosadores .....	43
13. Período dos pós-glosadores .....	44
14. Período da jurisprudência culta .....	45
15. O processo comum na Alemanha .....	45
16. História do processo na Península Ibérica e respectivas implicações no Direito brasileiro – O “Forum Juditium” (“Fuero Juzgo”).....	46
17. As Ordenações – Especialmente as Filipinas .....	47
18. O Brasil e sua legislação depois da Independência .....	48
19. O Regulamento 737 .....	48
20. A República e o processo civil – Os Códigos de Processo Civil Estaduais.....	49
21. A reunificação do processo civil.....	49
21-A. As tendências atuais do processo civil – A socialização do processo civil.....	54

## Capítulo II – REVISÃO DOGMÁTICA DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

22. A reelaboração do Direito no século XIX.....	86
23. Autonomia do direito da ação.....	88

24. Moderna classificação das ações .....	88
25. O processo concebido como contrato ou quase contrato .....	90
26. O processo como instrumento predominantemente técnico .....	91
27. As relações entre o Direito Processual Civil e os demais ramos do Direito .....	92
28. O processo civil e o Direito Penal .....	92
29. O processo civil e o Direito Constitucional .....	94
30. O processo civil, o Direito Administrativo e o Direito Tributário .....	98
31. O processo civil e o Direito Civil .....	99
32. O processo civil e o Direito Comercial .....	100
33. O processo civil e o Direito Processual do Trabalho .....	101

### Capítulo III – AS NORMAS PROCESSUAIS CIVIS

34. Norma jurídica .....	104
35. Normas cogentes e dispositivas .....	107
36. Norma processual e norma substancial – Natureza da norma processual civil .....	108
37. Classificação das normas processuais civis .....	109
38. As fontes da norma processual civil .....	122
39. Competência para legislar sobre Direito Processual Civil .....	123
40. Normas processuais na Constituição Federal .....	125
41. Outras normas constitucionais que versam sobre matéria processual .....	129
42. Fontes subsidiárias da norma processual civil .....	132
43. Analogia .....	135
44. Costume .....	137
45. Os princípios gerais do Direito .....	138
46. A jurisprudência e o processo civil .....	139
47. Da interpretação das leis em geral .....	146
48. Interpretação da lei processual civil .....	150

### Capítulo IV – DA JURISDIÇÃO – O ESTADO DE DIREITO E A FUNÇÃO JURISDICIONAL

49. O Estado de Direito .....	156
50. Sistema de jurisdição .....	160
51. Natureza da função jurisdicional e suas características .....	161
52. Os princípios fundamentais da jurisdição .....	163
53. A independência do Judiciário (da Justiça) .....	167
54. O direito de ação e a amplitude da função jurisdicional em nosso Direito .....	171

55. Inconstitucionalidade de lei – Inconstitucionalidade incidental . 172  
 56. O controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário ..... 187

### Capítulo V – FUNÇÕES E ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO – ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

57. A jurisdição voluntária ..... 193  
 58. Funções do Poder Judiciário e funções judiciárias ..... 199  
 59. Órgãos não judiciários com funções jurisdicionais ..... 200  
 60. Órgãos judiciários ..... 201  
 61. Regimento dos tribunais ..... 205  
 62. Organização judiciária ..... 207  
 63. Normas disciplinadoras da organização judiciária ..... 209  
 64. Possibilidade de conflito entre as normas de organização judiciária e a lei do processo ..... 211  
 65. Competência funcional nas fases do procedimento e os limites da organização judiciária no primeiro grau de jurisdição ..... 211  
 66. Competência interna dos tribunais ..... 213  
 67. Os limites das normas de organização judiciária, particularmente no segundo grau de jurisdição ..... 214  
 68. Auxiliares da Justiça ..... 215  
 69. Normas sobre organização judiciária no Estado de São Paulo que interessam ao processo civil ..... 220

### Capítulo VI – DA COMPETÊNCIA

70. Jurisdição e competência ..... 227  
 71. Definição de competência ..... 234  
 72. A competência no quadro dos pressupostos processuais ..... 237  
 73. Distinção entre incompetência e impedimento ..... 242  
 74. A divisão tripartida da competência ..... 243  
 75. Competência objetiva ..... 244  
 76. Competência territorial ..... 246  
 77. Competência funcional ..... 247  
 77-A. A competência jurisdicional em se tratando de mandado de segurança ..... 249  
 78. Competência funcional recursal ..... 253  
 79. Competência funcional nas fases do procedimento ..... 254  
 80. Competência internacional e interna ..... 254  
 81. Competência exterior e interior ..... 255  
 82. Foro competente ..... 256  
 83. Foro geral ..... 257  
 84. Foros especiais ..... 261

85. O artigo 95 .....	261
86. O artigo 96 .....	267
87. O artigo 97 .....	270
88. O artigo 98 .....	270
89. O artigo 99 .....	271
90. O artigo 100 .....	271
91. O artigo 101 .....	280
92. Foro de eleição .....	281
93. Foro e juízo .....	286
94. Incompetência relativa .....	288
95. Incompetência absoluta .....	291

#### Capítulo VII – A COMPETÊNCIA NA COMARCA DE SÃO PAULO

96. Competência do foro central e dos foros regionais .....	297
97. Competência afeta aos foros regionais .....	303
98. Competência das varas dos Registros Públicos .....	305
99. Competência das varas da Fazenda Pública na Capital do Estado .	306

#### Capítulo VIII – A JUSTIÇA FEDERAL

100. Introdução .....	308
101. A Justiça Federal e a Constituição .....	309
102. A Justiça Federal e a sua lei .....	317
103. A jurisdição da Justiça Federal é absoluta .....	318
104. Hipóteses de intervenção federal na causa e a competência da Justiça Federal .....	319
105. As sociedades de economia mista (com participação da União) não se submetem à Justiça Federal .....	320

#### Capítulo IX – PREVENÇÃO – *PERPETUATIO IURISDICTIONIS* – CONEXÃO E CONTINÊNCIA

106. Prevenção .....	322
107. Conexão de causas .....	327
108. Continência de causas .....	333
109. <i>Perpetuatio iurisdictionis</i> .....	334

#### Capítulo X – CONFLITO DE COMPETÊNCIA

110. Introdução .....	340
111. O tratamento dado à matéria pelo nosso Código e entre tribunais estaduais .....	341
112. Procedimento do conflito de competência .....	344

## Capítulo XI – TEORIA DA AÇÃO

113.	Os conflitos de interesse e as respectivas soluções .....	346
114.	Noção de direito objetivo e de direito subjetivo .....	347
115.	Considerações sobre a ação e o direito subjetivo no prisma judicial .....	350
116.	Nossa posição acerca do direito subjetivo .....	352
117.	Teoria civilista a respeito da ação .....	355
118.	Posição de Adolf Wach .....	356
119.	Posição de Chiovenda .....	358
120.	Observações críticas à teoria civilista, à do direito concreto, à da tutela jurídica e à da ação como direito potestativo .....	361

Capítulo XII – A AÇÃO EM NOSSO DIREITO  
PROCESSUAL CIVIL

121.	Definição de ação .....	367
122.	As condições da ação em nosso Direito positivo .....	368
122-A.	O interesse de agir a partir do Direito Privado e no âmbito do Direito Público .....	378
123.	Particularmente a ação declaratória e seus problemas práticos – Declaratória e violação do direito .....	380
124.	Declaratória e mero fato .....	381
125.	Ação declaratória e reconvenção .....	382
126.	Declaratória e cumulação de ações .....	383
127.	Declaratória, cláusula contratual e outras hipóteses .....	383
128.	Declaratória e falsidade de documento .....	385
129.	A ação declaratória incidental .....	386
130.	O papel do “fato” na teoria da ação .....	390
131.	O conceito de mérito .....	393
132.	O mérito e as condições da ação .....	394
133.	Cumulação de pretensões .....	397
134.	Concorrência de ações .....	405
135.	Objeto litigioso ou lide .....	409
136.	Elementos da ação .....	410
137.	As partes e sua identificação .....	411
138.	O objeto .....	412
139.	Fundamento legal .....	415
140.	Fundamentação jurídica e <i>causa petendi</i> .....	415
141.	A <i>causa petendi</i> nas ações pessoais e nas ações reais .....	416

## Capítulo XIII – ATO PROCESSUAL

142.	Atos jurídicos e atos processuais .....	420
------	---	-----

143. Classificação dos atos processuais .....	423
144. Forma dos atos processuais .....	430
145. As nulidades dos atos processuais .....	431

#### Capítulo XIV – O TEMPO NO PROCESSO

146. Prazos e preclusão .....	442
147. Os princípios informativos do processo e os prazos .....	443
148. Os princípios da utilidade, continuidade, peremptoriedade e preclusão .....	445
149. Dos prazos e sua classificação .....	454
150. Da contagem dos prazos .....	458
151. Os prazos mais importantes .....	461
152. Da preclusão .....	462

#### Capítulo XV – PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

153. A relação jurídica processual .....	467
154. Pressupostos processuais da existência da relação jurídica processual .....	469
155. Requisitos da validade da relação jurídica processual .....	475
156. Pressupostos processuais negativos .....	480

#### Capítulo XVI – DO MINISTÉRIO PÚBLICO

157. A moderna função do Ministério Público .....	483
158. Os princípios estruturais do Ministério Público .....	485
159. Os princípios estruturais e os da atuação do Ministério Público ..	485
160. Princípios que presidem a direção e disciplina do Ministério Público .....	486
161. O Ministério Público e o nosso Direito Constitucional .....	488
162. O Ministério Público e sua posição político-jurídica .....	491
163. Da atuação do Ministério Público .....	492

#### Capítulo XVII – DO ADVOGADO

164. Capacidade postulatória .....	507
165. A função do advogado .....	515
166. Deveres do advogado em face do Código de Processo Civil .....	520
167. Direitos do advogado em face do Código de Processo Civil .....	522

ÍNDICE ONOMÁSTICO .....	537
-------------------------	-----

ÍNDICE LEGISLATIVO .....	545
--------------------------	-----

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO .....	565
-----------------------------------	-----

STJ00031100 - V. 2

ARRUDA ALVIM

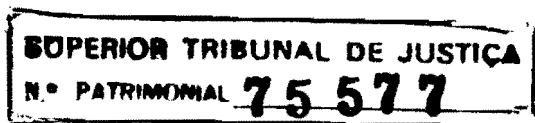


# MANUAL DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

v. 2

Processo de Conhecimento

6.<sup>a</sup> EDIÇÃO  
REVISTA E ATUALIZADA



EDITORA   
REVISTA DOS TRIBUNAIS



# SUMÁRIO

Vol. 2

## Capítulo I – DOS SUJEITOS DO PROCESSO

1. Introdução.....	17
2. Do juiz.....	17
3. Conceitos de parte e de capacidade processual .....	20
4. Análise do conceito de parte.....	23
5. As regras do Direito Civil no tema da capacidade e o Direito Processual Civil .....	23
6. Conceitos de parte, parte legítima e parte vencedora .....	25
7. Capacidade processual e capacidade de ser parte .....	28
8. Princípios regentes do tema das partes.....	30
9. Representação dos incapazes. Necessidade de integração da capacidade processual .....	32
10. Regime jurídico dos incapazes no Direito Processual Civil .....	35
11. O incapaz sem representante legal.....	36
12. A colisão de interesses do incapaz e do representante (art. 9.º, I) .	37
13. A figura do curador especial.....	40
14. A capacidade processual do marido e da mulher .....	51
15. Forma de ser sanado o vício de incapacidade .....	55

## Capítulo II – REPRESENTAÇÃO EM JUÍZO DAS PESSOAS JURÍDICAS

16. Noções gerais .....	61
17. A representação da União .....	63
18. A representação dos Estados-federados .....	66
19. A representação dos Municípios .....	67
20. A representação do Distrito Federal .....	68
21. A representação dos Territórios .....	68
22. A representação das pessoas jurídicas de Direito Privado .....	68
23. A representação das paróquias da Igreja Católica .....	72

### Capítulo III – REPRESENTAÇÃO DOS ENTES DESPERSONALIZADOS

24. Introdução .....	74
25. A representação da massa falida .....	74
26. A representação das heranças jacente e vacante .....	75
27. A representação do espólio .....	76
28. A representação dos condomínios .....	77

### Capítulo IV – DO LITISCONSÓRCIO

29. Conceito de litisconsórcio .....	80
30. Classificação do litisconsórcio quanto ao momento de sua formação .....	81
31. Classificação do litisconsórcio quanto à obrigatoriedade ou não de sua formação (arts. 46 e 47). Litisconsórcio multitudinário (art. 46, parágrafo único) .....	81
32. Classificação do litisconsórcio quanto à sorte no plano do Direito Material .....	84
33. Classificação do litisconsórcio quanto à posição, subjetiva ativa ou passiva, dos litisconsortes no processo .....	86
34. Litisconsórcio facultativo (noções gerais) .....	86
35. Litisconsórcio facultativo baseado na comunhão de direitos ou de obrigações, tendo em vista a lide (art. 46, I) .....	88
36. Litisconsórcio facultativo baseado na identidade de fundamentos de fato (art. 46, II) .....	90
37. Litisconsórcio facultativo baseado na identidade de fundamentos de direito (art. 46, II) .....	90
38. Litisconsórcio facultativo baseado na conexão de causas (arts. 46, III, e 103) .....	91
39. Litisconsórcio facultativo baseado na afinidade de questões (art. 46, IV) .....	91
40. Litisconsórcio necessário (noções gerais) (art. 47) .....	96
41. Litisconsórcio unitário (noções gerais) (art. 47) .....	101
42. Regime jurídico fundamental e especial do litisconsórcio .....	104
42-A. A figura do litisconsórcio no procedimento sumário e fora do sistema do CPC .....	110

### Capítulo V – DA ASSISTÊNCIA

43. Noções gerais acerca do instituto da assistência .....	116
44. Influência do processo na esfera jurídica do assistente simples e do assistente litisconsorcial .....	119

45. Aspectos comuns entre a assistência simples e a assistência litisconsorcial .....	123
46. A posição do assistente no processo .....	128
47. A sentença, o assistente simples e o assistente litisconsorcial .....	129
48. A atividade do assistente .....	132
49. Limites à atividade do assistente .....	133
50. Os processos que ensejam a intervenção do assistente .....	135
51. O incidente de admissibilidade do assistente .....	137
51-A. A assistência no procedimento sumário fora do sistema do CPC ..	139

### Capítulo VI – DA OPOSIÇÃO

52. Colocação no instituto .....	142
53. Pressupostos de admissibilidade da oposição. Implicações da oposição admitida .....	143
54. Processos que admitem e não admitem oposição .....	145
55. Os momentos de oferecimento da oposição e as repercussões no procedimento .....	147
56. O processamento da oposição .....	148
57. A posição dos opostos em relação ao oponente .....	149
58. A autonomia dos opostos .....	150
59. Os pressupostos processuais e as condições da ação na oposição .	150
60. O indeferimento do pedido de oposição .....	151
61. A sentença da oposição .....	151

### Capítulo VII – DA NOMEAÇÃO À AUTORIA

62. Noções necessárias à compreensão do instituto .....	154
63. Definição .....	155
64. Legitimação para a nomeação e procedimento .....	156
65. A aceitação ou a recusa do nomeante pelo autor .....	159
66. A aceitação ou a recusa do nomeado .....	159
67. A responsabilidade por perdas e danos .....	160

### Capítulo VIII – DA DENUNCIÇÃO DA LIDE

68. Noções gerais .....	163
69. A hipótese do art. 70, inc. I .....	170
70. A hipótese do art. 70, inc. II .....	171
71. A hipótese do art. 70, inc. III .....	176
72. O ingresso do denunciado .....	184

73. A posição do litisdenunciado .....	186
74. O comparecimento ou não do denunciado pelo autor .....	190
75. O comparecimento ou não do denunciado pelo réu .....	191
76. As conseqüências da denunciação .....	195
77. A denunciação da lide no procedimento sumário .....	196

### Capítulo IX – DO CHAMAMENTO AO PROCESSO

78. Finalidade do chamamento ao processo .....	203
79. As hipóteses de chamamento ao processo (art. 77, I) .....	204
80. Art. 77, II .....	206
81. Art. 77, III .....	207
82. Procedimento para o chamamento .....	208
83. Efeitos do chamamento .....	209
84. Hipóteses de não admissibilidade do chamamento .....	210

### Capítulo X – DA PETIÇÃO INICIAL

85. Ajuizamento, distribuição e registro da petição inicial .....	218
86. Forma da ação, da contestação, da reconvenção e da oposição ..	223
87. Petição inicial e libelo .....	226
88. Conteúdo lógico-jurídico da petição inicial .....	235
89. A forma da petição inicial em nosso Direito .....	235
90. O conteúdo da petição inicial. Declaração de vontade e declaração de ciência nela contidas .....	236
91. Funções preparatórias e definitivas da petição inicial .....	236
92. Do pedido .....	237
93. Deferimento e indeferimento da petição inicial .....	242

### Capítulo XI – DAS COMUNICAÇÕES DOS ATOS PROCESSUAIS

94. Considerações introdutórias .....	253
95. Da citação .....	255
96. Conceito de citação. Peculiaridades .....	263
97. Dos efeitos da citação .....	266
98. A falta de citação .....	269
99. A nulidade da citação .....	270
100. O comparecimento do interessado .....	272
101. Destruição dos efeitos da citação .....	273
102. Distinção entre propositura da ação e prazo para apresentação da defesa .....	273

103. A citação é ato judicial .....	274
104. Como se realiza a citação .....	274
105. Das intimações .....	276

### Capítulo XII – DA RESPOSTA DO RÉU

106. Introdução .....	290
107. Analogia existente entre o direito de ação e o direito de defesa. ....	293
108. Função processual da contestação .....	295
109. Contestação e conceito de questão de fato ou de direito .....	296
110. Contestação e seu conteúdo processual .....	297
111. Considerações introdutórias acerca das exceções .....	301
112. As exceções, as preliminares e o princípio da eventualidade .....	303
113. A exceção de incompetência .....	304
114. A exceção de suspeição .....	305
115. A exceção de impedimento .....	305
116. A distinção entre suspeição e impedimento .....	305
117. O procedimento da exceção de incompetência .....	307
118. O procedimento da exceção de suspeição e impedimento .....	308
119. O problema da não alegação no prazo .....	310
120. Da reconvenção .....	311
121. A reconvenção no Direito brasileiro, especialmente .....	313
122. A autonomia da reconvenção .....	315
123. A reconvenção e o procedimento sumário .....	317
124. A ação declaratória incidental, como espécie da resposta do réu .	319

### Capítulo XIII – DA REVELIA

125. Introdução .....	327
126. A revelia no sistema do Código de Processo Civil e seus aspectos capitais .....	328
127. Revelia e litisconsórcio .....	334
128. Revelia e assistência .....	335
129. Revelia e reconvenção .....	335
130. Revelia e julgamento antecipado da lide .....	336
131. A revelia e os procedimentos especiais .....	337
132. A revelia nos processos cautelar e de execução .....	340
133. Revelia e incompetência .....	341
134. Revelia e a citação ficta .....	341

### Capítulo XIV – DA MODIFICAÇÃO DO LIBELO

135. Introdução .....	345
136. A modificação do libelo e suas implicações no problema de identificação das ações .....	345
137. Os arts. 264 e 294 do CPC. Distinção .....	346
138. Tipo de prestação jurisdicional e modificação da demanda .....	347
139. Mudança dos fatos e mudança do direito .....	348
140. Alteração do pedido e concordância do réu. Momento preclusivo ..	349
141. Emenda do libelo .....	349

### Capítulo XV – DA SUSPENSÃO DO PROCESSO

142. Idéias gerais .....	353
143. A suspensão necessária do processo .....	353
144. A suspensão facultativa do processo .....	356
145. A suspensão do processo e os atos urgentes .....	357

### Capítulo XVI – DO JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO

146. Providências preliminares .....	359
147. Introdução ao julgamento conforme o estado do processo .....	362
148. Da extinção do processo sem julgamento de mérito .....	363
149. O inc. I do art. 267 .....	364
150. O inc. II do art. 267 .....	366
151. O inc. III do art. 267 .....	366
152. O inc. IV do art. 267 .....	368
153. O inc. V do art. 267 .....	369
154. O inc. VI do art. 267 .....	370
155. O inc. VII do art. 267 .....	370
156. O inc. VIII do art. 267 .....	372
157. O inc. IX do art. 267 .....	374
158. O inc. X do art. 267 .....	375
159. O inc. XI do art. 267 .....	375
160. As conseqüências comuns aos diversos casos de encerramento do processo sem julgamento de mérito .....	375
161. O conteúdo do saneamento .....	376
162. O saneamento do processo .....	378
163. Julgamento antecipado da lide .....	380
164. Casuísmo em torno do julgamento conforme o estado do processo	381
164-A. Tutela antecipatória .....	384

164-B. Linhas gerais “conjugadas” na evolução do direito material e do direito processual, tendo em vista as obrigações de fazer e de não fazer e a efetividade do processo .....	424
164-C. As dificuldades no <i>efetivo cumprimento/satisfação</i> das obrigações de fazer e de não-fazer .....	429
164-D. Traços fundamentais do art. 461, com a redação dada pela Lei 8.952, de 13.12.1994 .....	431

### Capítulo XVII – CONCEITO JURÍDICO DA PROVA

165. Generalidades .....	436
166. A prova e o problema da verdade .....	437
167. A prova legal e a limitação do juiz .....	439
168. Noção do conceito de prova .....	440
169. Da prova nas hipóteses de julgamento conforme o estado do processo. Da extinção do processo .....	441
170. Do julgamento antecipado da lide .....	442
171. Rápida referência ao Direito Civil .....	443
172. O art. 141 do CC em confronto com o art. 401 do CPC .....	445
173. A validade de documento entre as partes e terceiros. O documento, sua data e dúvida a respeito .....	446
174. A prova vista sob o prisma dos efeitos que provoca .....	448
175. A atividade probatória e a sentença .....	448

### Capítulo XVIII – A PROVA E OS PRINCÍPIOS REGENTES DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

176. A prova e o princípio dispositivo .....	454
177. A prova e o princípio da oralidade .....	456
178. O subprincípio da identidade física do juiz .....	457
179. O subprincípio da concentração dos atos processuais .....	459
180. O subprincípio da imediatidade .....	460
181. O subprincípio da irrecorribilidade em separado ( <i>rectius</i> , por apelação) das interlocutórias .....	460
182. O debate oral .....	462

### Capítulo XIX – CLASSIFICAÇÃO GERAL DAS PROVAS

183. Classificação das provas .....	465
184. Classificação das provas tendo em vista o sujeito .....	465
185. Classificação das provas tendo em vista o objeto .....	466
186. Classificação das provas tendo em vista a forma .....	470

## Capítulo XX – ÔNUS DA PROVA

187.	Introdução .....	472
188.	Distinção entre ônus e obrigação .....	473
189.	O ônus perfeito e o ônus imperfeito .....	474
190.	Correlação do ônus da prova com os princípios dispositivo e inquisitório .....	474
191.	A convenção das partes na distribuição do ônus da prova .....	476
192.	A sentença, o raciocínio do juiz e a função do ônus da prova ...	477
193.	Momento do funcionamento do ônus .....	477
194.	Fundamentos da repartição do ônus da prova .....	478
195.	O ônus da prova e a revelia .....	478
196.	A confissão e o ônus da prova .....	479
197.	A falsidade de documento e o ônus da prova .....	479
198.	A alegação de fato modificativo, impeditivo ou extintivo e o ônus da prova .....	480

## Capítulo XXI – MOMENTOS DA PROVA

199.	Introdução .....	484
200.	Especificamente os momentos da prova .....	484
201.	Procedimentos probatórios especiais .....	486
202.	Os momentos da prova no procedimento sumário .....	487

## Capítulo XXII – DA PROVA DOCUMENTAL

203.	Generalidades .....	491
204.	Definição de documento .....	492
205.	Os autores intelectual e material do documento .....	492
206.	O conteúdo e a eficácia do documento .....	493
207.	A forma como sendo da substância do documento .....	494
208.	O documento, em regra, é prova preconstituída .....	497
209.	Classificação dos documentos. Aspectos gerais .....	498
210.	Os documentos e a autenticidade .....	500
211.	O documento e a extensão subjetiva de sua validade .....	501
212.	As autoridades que são autoras materiais dos documentos .....	501
213.	Instrumentos e documentos particulares. Distinção específica ....	501
214.	Documento e sua data .....	502
215.	Validade, autenticidade e nominalidade do documento. Distinção .	503
216.	O valor probante dos documentos .....	503
217.	Da exibição de documento ou coisa. Generalidades .....	507



218.	Espécies da ação de exibição e fundamento jurídico ao direito à exibição .....	508
219.	Das partes e de sua legitimidade .....	508
220.	Os limites da ação de exibição de documento ou coisa .....	509
221.	A recusa fundada de exibição .....	510
222.	Efeitos sobre a parte, tendo em vista a não exibição .....	510
223.	Efeitos sobre terceiros, tendo em vista a não exibição .....	511
224.	Dos recursos .....	511
225.	A produção da prova documental e o procedimento .....	511

### Capítulo XXIII – DA PROVA TESTEMUNHAL

226.	Esboço teórico a respeito da prova testemunhal .....	518
227.	Testemunha e parte. Distinção .....	519
228.	Testemunha e perito. Distinção .....	519
229.	Do valor da prova testemunhal .....	520
230.	A técnica de inquirição .....	521
231.	O sujeito da prova testemunhal .....	522
232.	Conceito de testemunha .....	523
233.	Da obrigação de testemunhar .....	524
234.	Quem pode ser testemunha .....	525
235.	Obrigações e direitos da testemunha .....	529
236.	Do pedido e da admissibilidade da prova testemunhal .....	530
237.	Procedimento da prova testemunhal .....	532
238.	Local em que devem ser ouvidas as testemunhas .....	537
239.	A substituição de testemunhas .....	538

### Capítulo XXIV – DO DEPOIMENTO PESSOAL

240.	Idéias gerais – § 1.º Interrogatório livre e depoimento pessoal (propriamente dito). Diversidade de regimes jurídicos .....	541
241.	Definição .....	548
242.	Escusa de depor e aplicação da pena de confesso .....	549
243.	Procedimento do depoimento pessoal – § 1.º Restrições a certos fatos (art. 347) .....	551
244.	Depoimento pessoal e confissão .....	553

### Capítulo XXV – DA CONFISSÃO

245.	Esboço teórico sobre a confissão .....	555
246.	Conceito de confissão .....	556
247.	Elementos da confissão .....	558

248. Espécies de confissão .....	561 2
249. Efeitos da confissão .....	562 2
250. Divisibilidade e indivisibilidade da confissão .....	562 2
251. Aspectos principais da confissão em nosso Direito positivo .....	563 2
252. Revogação da confissão .....	564 2

#### Capítulo XXVI – DA PROVA PERICIAL

253. Conceito de perícia .....	566
254. Do cabimento da prova pericial .....	567 2
255. Momento do pedido da prova pericial .....	570 2
256. O juiz e o resultado da perícia .....	571 2
257. Perícia. Requisitos e realização .....	573 2
258. A perícia e o perito .....	579 2
259. O perito e a sua responsabilidade .....	580 2

#### Capítulo XXVII – DA INSPEÇÃO JUDICIAL

260. Idéias gerais .....	585
261. A participação de peritos na inspeção .....	587
262. A presença das partes na inspeção .....	587
263. A documentação da inspeção .....	588

#### Capítulo XXVIII – INDÍCIOS E PRESUNÇÕES

264. Diferença entre prova direta e indireta .....	590
265. Distinção entre presunção <i>hominis</i> e presunção legal .....	592
266. Presunção .....	593
267. Espécies de presunção .....	593
268. As presunções legais. Aspecto histórico .....	595
269. As presunções do homem .....	596
270. Valoração das presunções do homem .....	597
271. A presunção do homem e a prova contrária .....	598
272. A prova <i>prima facie</i> .....	598
273. A prova <i>prima facie</i> e o problema do ônus da prova .....	600

#### Capítulo XXIX – DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

274. Introdução .....	602
275. Da conciliação .....	603
276. Problemas teóricos em torno da audiência .....	608

277.	Atos que antecedem a audiência .....	610
278.	O adiamento da audiência .....	610
279.	Audiência e o problema do cerceamento de defesa .....	611
280.	Audiência e o comparecimento do Ministério Público .....	612
281.	Audiência e a identidade física do juiz .....	613
282.	A audiência de instrução no procedimento sumário .....	615

### Capítulo XXX – DA SENTENÇA

283.	Generalidades sobre sentença .....	623
284.	A sentença e as oportunidades em que pode ser proferida .....	626
285.	A fundamentação da sentença e as lacunas da lei .....	628
286.	Natureza jurídica da sentença .....	632
287.	Efeitos da sentença .....	632
288.	Sentenças processuais e de mérito .....	633
289.	Sentenças classificadas por sua eficácia .....	634
290.	Sentença declaratória .....	635
291.	Sentença constitutiva .....	637
292.	Sentença condenatória .....	639
293.	Sentenças mandamentais .....	640
294.	Sentenças dispositivas .....	642
295.	Sentenças complexas .....	644
296.	A sentença: sua intelecção e seus elementos .....	644
297.	Relatório .....	646
298.	A sentença e a respectiva fundamentação .....	647
299.	A essencialidade do conteúdo decisório da sentença .....	649
300.	A sentença <i>infra</i> ou <i>citra petita</i> .....	650
301.	A sentença <i>extra petita</i> .....	653
302.	A sentença <i>ultra petita</i> .....	656
303.	A sentença e o julgamento em face de pedido genérico .....	657
304.	A sentença enfocada em face dos mais comuns problemas de Direito intertemporal .....	657

ÍNDICE ONOMÁSTICO .....	673
-------------------------	-----

ÍNDICE LEGISLATIVO .....	681
--------------------------	-----

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO .....	703
-----------------------------------	-----